

Um funeral para o agronegócio

André Meloni Nassar

Lendo o decreto do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e os esclarecimentos sobre como o processo de consulta à sociedade foi feito, sou induzido a chegar à seguinte conclusão: o agronegócio não interessa à sociedade.

Lendo o decreto do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e os esclarecimentos sobre como o processo de consulta à sociedade foi feito, sou induzido a chegar à seguinte conclusão: o agronegócio não interessa à sociedade e ao governo brasileiros, pelo menos sob a perspectiva de garantia de direitos humanos. Diria, portanto, que conceitualmente o PNDH-3 enterra o agronegócio e atesta seu óbito no Decreto 7.037, datado de 21 de dezembro de 2009.

Os argumentos para o funeral do agronegócio, extraídos do atestado de óbito: o agronegócio contribui para, potencialmente, violar o direito de pequenos e médios agricultores e populações tradicionais; seus componentes, as monoculturas da cana-de-açúcar, do eucalipto, da soja e a grande pecuária (não sabia que havia a pequena pecuária), fazem mal ao meio ambiente e à cultura dos povos e comunidades tradicionais. Ainda estou meio fora de prumo com o julgamento do agronegócio que é apresentado no PNDH-3.

Por mais que tente colocar-me no lugar das pessoas que parti-

ciparam da elaboração do PNDH, tenho dificuldades em enxergar esse agronegócio do mal refletido no programa. Posso entender que exista uma corrente neste governo que acredite em outro modelo de produção agropecuária e florestal. Vá lá. Mas daí a afirmar que o agronegócio vai contra os interesses do Brasil em direitos humanos me parece algo fora de propósito e baseado numa hipótese heroica - ou seja, impossível de ser provada -, a de que a produção agropecuária não baseada no agronegócio (seja lá o que isso for) respeita os direitos humanos e o meio ambiente. Difícil de acreditar.

As manifestações passionais sobre o agronegócio que aparecem no PNDH não são fato isolado. A contestação do modelo que o Brasil seguiu na produção de alimentos, fibras, biocombustíveis e matérias-primas industriais de base agrícola e florestal tem se repetido em outros fóruns e ocasiões. O PNDH, a meu ver, foi o canal encontrado para tentar (espero que sem êxito) criar instituições que viabilizem a implantação de um novo modelo. Se, de fato, a sociedade brasileira fosse capaz de se imaginar com um modelo de produção agropecuária e florestal do tipo do da Índia, que é o que os contra-agronegócio, no fundo, defendem, ela barraria qualquer tentativa de enterrar o

agronegócio como o conhecemos hoje.

O interessante é que o agronegócio nem sempre foi visto como vilão. É uma espécie de moda: daqui a algumas estações, muda a tendência de novo. Se o funeral do agronegócio foi em 2009, seu surgimento ocorreu em 1990, tudo registrado no livro *Complexo Agroindustrial: o Agribusiness Brasileiro*. Foi uma morte precoce, não? À época, os autores do livro nem poderiam imaginar que definir as cadeias produtivas de base agrícola e florestal como agronegócio produziria seu próprio calvário 20 anos depois.

Deve haver alguma explicação no inconsciente coletivo dos esclarecidos brasileiros. Colocada a designação agronegócio, já se ganha a pecha de algo ruim, que a sociedade brasileira não merece.

A despeito da nossa memória curta, o agronegócio brasileiro já teve seus dias de glória. Há dez anos era ovacionado mundo afora. Ninguém conseguia entender como um agronegócio tão jovem pôde ter crescido tão rápido.

Foi nessa época que um sem-número de estrangeiros passou a conhecer o Brasil mais de perto. Mas não era apenas fora do Brasil que havia essa admiração. Aqui dentro, também. Dizia-se que o agronegócio era responsável por gerar divisas para o balanço de pagamentos brasileiro.

Reconhecia-se que o setor havia trazido desenvolvimento para o interior do País, financiando as atividades econômicas que permitiram o nascimento de diversas cidades. E se via o agronegócio como uma solução para parte dos problemas dos agricultores familiares, porque, por meio das cadeias agroindustriais organizadas, estes tinham acesso ao mercado.

Ao longo dos anos 2000 as coisas foram mudando. Ganham força no governo as linhas de pensamento que acham que um modelo de produção agropecuária baseado em milhões de pequenos produtores seria ambiental e socialmente melhor. Eu não acredito nisso.

Os resultados do Censo Agropecuário de 2006 ilustram bem a situação. Até para poder reafirmar as classificações de tipos de produtores definidas no passado, o censo de 2006 trouxe dados de agricultores familiares e assentados em separado.

Na grande maioria dos produtos, o censo indica que a produtividade (quantidade de produto por unidade de área) dos agricultores assentados é menor que a da média dos agricultores familiares e comerciais. Isso indica que uma agricultura estruturada em pequenos agricultores pode até ser boa para segurar o homem no campo, mas não será boa para o consumidor urbano.

Os casos da China e da Índia,

que têm um modelo de agricultura parecido com o ideal do grupo antiagronegócio, são ilustrativos. A pobreza no campo é muito maior que no Brasil, os problemas ambientais são muito mais profundos, porque os produtores utilizam tecnologias rudimentares de produção.

O consumidor urbano tem problemas de segurança alimentar porque o setor agrícola produz menos do que o país consome. O governo é obrigado a gastar enormes quantidades de dinheiro subsidiando o produtor e o consumidor, perpetuando uma agricultura de baixa produtividade, e não consegue fazer políticas de renda no campo porque o contingente de pessoas vivendo na pobreza no meio rural é muito grande.

Cobrar as responsabilidades sociais e ambientais do agronegócio faz sentido. Carrear grande parte dos subsídios agrícolas para fortalecer os agricultores familiares, também.

Criar instituições baseadas na hipótese de que o modelo de agronegócio é ruim para a sociedade brasileira é um erro. Já devíamos saber disso aqui, no Brasil.

* **André Meloni Nassar** é diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone) E-mail: mnassar@iconebrasil.org.br

Projeto Pescar é considerado referência no Brasil e no mundo em qualificação de Jovens para o mercado de trabalho

Na edição 639 da Revista ISTO É DINHEIRO, na capa esta o senhor ÉZIO REZENDE, gerente geral da Fundação Pescar.

Segue um trecho da mesma, para salientar a importância deste projeto e os benefícios que o mesmo pode trazer para os nossos jovens.

Revolução silenciosa

Em cada canto do País, empresas dos mais diferentes setores e mais variados tamanhos investem tempo e dinheiro em ações sociais e ambientais e, assim lideram uma revolução silenciosa.

Sem alarde, essas iniciativas estão forjando um novo ambiente social e econômico no Brasil, gerando renda, aprimorando a qualificação profissional e consolidando práticas empresariais voltadas para harmonizar a atividade industrial e o meio ambiente. DINHEIRO selecionou uma série de histórias de sucesso de homens de negócios que buscam esses objetivos.



Inspiradoras, elas podem servir de motivação e lição para aqueles que buscam um universo corporativo sustentável e lucrativo.

As 111 companhias que adotam o programa, chamada de franqueadas, mantêm suas próprias unidades e treinam os jovens em áreas relacionadas a seus negócios. "Tivemos que adaptar o curso que era dado na Linck", diz Ézio Rezende, gerente-geral da Fundação Projeto Pescar. "Hoje, existem 35 tipos diferentes de cursos."

Entre as centenas de companhias participantes, constam nomes de peso como Braskem, Gerda, Aracruz, Vicunha, Mundial, Honda e Lojas Renner. "Durante o curso, os jovens ganham principalmente a esperança de entrar no mercado de trabalho."

Em nosso município o Projeto também é uma realidade, sendo as empresas franqueadas: COCEVVIL, SINDICATO RURAL E AGROPECUÁRIA SÃO DIOGO.

O curso terá início no dia 18 de FEVEREIRO de 2010., o mesmo será em INICIAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, o local será nas instalações da Fepagro em nosso município.

As empresas e pessoas interessadas em se tornar um apoiador deste Projeto, favor entrar em contato com as empresas já franqueadas. Ou com a Orientadora do Projeto FERNANDA SOUZA, fone 9129 8053.

Presidência da República dá encaminhamento a pedido da Farsul

O presidente do Sistema Farsul, Carlos Sperotto, viajou a Brasília no dia 26 de janeiro, para cumprir agenda na CNA e no Ministério da Agricultura. Antes de embarcar, Sperotto recebeu resposta da presidência da república sobre o ofício encaminhado ao Presidente Lula demonstrando inconformidade com o decreto que trata do Programa Nacional dos Direitos Humanos, publicado em 21 de dezembro do ano passado. O documento reforça a indignação dos produtores com o plano que aponta o agronegócio como responsável pela violação dos direitos de médios e pequenos agricultores e dificulta a reintegração de posse de áreas rurais invadidas. Alerta ainda que a persistir o decreto, a Farsul deverá recomendar aos produtores rurais, quando invadidos, que exercitem o que dispõe o Código Civil Brasileiro, ou seja lançar mão da legítima defesa da posse, adotando providências pessoais para repelir agressão, se impedidos pela burocracia de recorrer ao Poder Judiciário.

A presidência da República informou que o documento foi encaminhado à área responsável. Sperotto ressaltou que "o importante é ter recebido a atenção necessária e ser encaminhado para o setor responsável".

Em Brasília, Sperotto também vai tratar do pedido encaminhado ao Ministério da Agricultura informando que no Rio Grande do Sul as empresas de aviação agrícola, pela escassez e não distribuição de combustível, reduziram suas operações, o que tem provocado enorme preocupação pelos prejuízos que poderá causar, em especial aos produtores de soja e arroz, tomadores desses serviços.

Relata inclusive a situação encaminhada pelo Sindicato Rural de Dom Pedrito com apelo dos produtores do município e região da campanha, que devido ao alagamento das lavouras em consequência das chuvas que atingiram o Estado precisam das aeronaves agrícolas para aplicação aérea dos defensivos.